



94º Dia Internacional das Cooperativas da Aliança Cooperativa Internacional

22º Dia Internacional das Cooperativas da ONU

Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Capoulas Santos

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Dr. Humberto Brito

Exmo. Presidente da Confagri Comendador Manuel dos Santos Gomes

Exmo. Sr. Presidente da Cooperativa “A Lavoura”, Dr. Idalino Leão

Caro Presidente da CASES,

Caras e caros Convidados,

Cara Comunicação Social

Caras e caros Cooperativistas,

Permitam-me que comece esta minha modesta intervenção com duas saudações. A primeira vai para os nossos anfitriões, a Cooperativa A Lavoura, uma cooperativa ainda jovem nos seus quarenta e um anos de existência formal, mas com raízes sólidas numa história que precede a sua criação e que remonta a 1948 quando, sob a forma de Grémio da Lavoura, se criou o primeiro projeto associativo dos agricultores locais. E de

tal modo essas raízes são sólidas, que ainda hoje há quem chame grémio a esta Cooperativa, formalizada quando os ventos de abril nos devolveram a liberdade, corria o ano de 1975. Ideários corporativos à parte, que os tempos são felizmente outros, agremiar significa reunir, juntar pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento de um território e das pessoas que nele fazem a sua vida. E desse ponto de vista, a Cooperativa A Lavoura, tem sabido levar a bom porto a sua missão, com direito a reconhecimento público pela sua dimensão empresarial e, seguramente, a uma inquestionável importância no território que serve que advém da intervenção social e comunitária que protagoniza. A outra saudação vai para todos os que vieram até aqui celebrar o Dia Internacional do Cooperativismo e para os muitos que, por esse mundo fora, fazem do ideário cooperativo a razão e a essência da sua atitude pessoal, profissional e cidadã. Saudamos naturalmente a presença do Senhor Ministro, que, para além da honra que representa ter aqui connosco um alto responsável do Governo, é um sinal importante para as cooperativas, designadamente para as do setor que tutela, da atenção e respeito que o setor cooperativo lhe merece. Para nós, cooperativistas, a importância da resposta cooperativa é inquestionável e é, sem margem para dúvidas, um caminho claro para o desenvolvimento sustentado dos territórios. Mas, infelizmente, nem sempre encontramos as mesmas leituras por parte dos nossos interlocutores institucionais, senão do ponto de vista discursivo, pelo menos ao nível de medidas concretas que deveriam traduzir essa importância. É por isso necessário continuarmos a afirmar em todas as circunstâncias a importância do setor e, particularmente em dias festivos como o de hoje, não nos deixarmos por discursos felizes de circunstância, sob risco de ficarmos cada vez mais para trás na agenda política para o desenvolvimento.

Talvez venha a propósito, neste dia especial para os cooperativistas de todo o mundo, remontar ao longínquo ano de 1844, quando a criação da Caixa Económica de Lisboa marca aquela que muitos consideram a primeira manifestação cooperativa, para percebermos que, desde a primeira hora o grande desafio sempre foi construir uma realidade coesa que sustentasse a expansão e consolidação da ideia cooperativa. O Congresso Cooperativo e o Congresso das Cooperativas do Norte, realizados em 1894 e 1898, são hoje tidos como momentos de diferenciação cooperativa relativamente ao

resto do movimento associativo e tentativas de criação de um espírito de coesão e identidade. A Primeira República, por razões historicamente compreensíveis, acolheu de braços abertos o cooperativismo, quintuplicando, em dezasseis anos, o número de cooperativas existentes, com particular enfoque para as cooperativas de consumo. Com o Estado Novo, e particularmente a partir da segunda guerra mundial, as cooperativas começam a evidenciar-se como uma alternativa económica, construída em bases sólidas de liberdade e democracia. A edição do Boletim Cooperativo em 1951, a realização da Reunião Magna das Cooperativas e sobretudo a solidez e aceitação das ideias de António Sérgio, fizeram tremer Salazar que se viu obrigado a elaborar leis que travassem a crescente autonomia e força do movimento cooperativo. Com Abril, e com a liberdade que a revolução nos devolveu, as cooperativas ganharam novo espaço, constitucionalmente consagrado e, pelo menos na letra do discurso, sucessivamente assumidas como determinantes pelos poderes políticos que alternadamente nos foram governando. E das cerca de mil cooperativas que existiam em 1974, a realidade hoje mostra-nos um número que, mais que duplicou num espaço de pouco mais de quarenta anos, mesmo considerando todos os ajustamentos que foi necessário fazer.

Mas corresponderá este crescimento a um efetivo reforço do papel e do reconhecimento da importância do sector cooperativo para a economia nacional? Nós cooperativistas, acreditamos que sim, mas resta saber se outros, particularmente os decisores políticos, nos acompanham nessa opinião. Se assim fosse, os governantes já teriam concretizado um estatuto fiscal adequado e reposta da situação de incentivo prevista no Código Contributivo, retirada no tempo do governo de José Sócrates, em cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases da Economia Social e como estratégia de fomento da economia social em geral e das cooperativas em particular, estratégia que os governos estão vinculados a seguir.

E a verdade é que as reflexões sobre os cenários macroeconómicos de desenvolvimento que têm sido traçados para o nosso país, pouco ou nada têm em conta um sector que, volto a dizê-lo, está constitucionalmente consagrado e que é responsável por largas dezenas de milhares de empregos e por cerca de 5% do Produto

Interno Bruto. A verdade, por muito que nos custe aceitar, é que o próprio movimento cooperativo português tem tido dificuldade em promover estratégias de coesão e desenvolvimento que consolidem a sua importância no espaço económico e social. Por isso, antes de nos queixarmos dos outros, teremos porventura de nos queixarmos de nós próprios e das oportunidades que vamos desperdiçando. Em 2004, já lá vai uma dúzia de anos, o II Congresso das Cooperativas Portuguesas delineou um conjunto de orientações que todos conhecemos. Nelas se defendia, por exemplo, o incremento da formação educação e educação ao longo da vida como estratégia de mudança, a criação de um Fundo Nacional Cooperativo como suporte ao fomento do sector, o reforço da intercooperação, a inclusão de medidas de incremento e dinamização das cooperativas no novo quadro comunitário, entre outras orientações. A questão que nos devemos colocar é o que é que destas coisas foi efetivamente concretizada e, perante a resposta óbvia, percebermos onde é que estamos a falhar.

Hoje, o cooperativismo tem que ser pensado e assumido num plano mais vasto, isto é, como parte dessa realidade a que convencionamos chamar economia social, onde partilhamos o espaço de reflexão e construção com outras famílias, como o são as mutualidades, as misericórdias, as ipss's ou as associações. Sempre assumimos, desde a primeira hora, a importância de nos situarmos dentro de um debate que, volvidos estes sete anos, continua, em nossa opinião, por consolidar. A Economia Social está longe de se poder representar como uma mesma família com várias identidades, sendo mais um grupo de entidades com um denominador comum, mas onde falha por vezes a solidariedade em nome de interesses organizacionais mais imediatos. Exemplos não faltariam, deste tipo de idiosincrasias que deslustram um espaço que se pretende solidário, mas permitimo-nos trazer aqui dois exemplos. Na área da intervenção social no apoio à deficiência, o Estado promoveu um "Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário" com as organizações mas deixou inexplicavelmente as cooperativas de fora, negociando apenas com as mutualidades, misericórdias e cnis. E se é verdade que o Governo anterior foi, claramente insensível aos protestos do setor cooperativo, e o atual nada fez também para o corrigir, apesar de toda a gente nos dar toda a razão em off, não é menos verdade que nenhum dos parceiros envolvidos se juntou a nós neste protesto, num claríssimo exemplo de falta

de solidariedade. Um outro exemplo tem a ver com as verbas do POISE atribuídas às organizações que integram o CNES, inicialmente pensadas para uma distribuição equitativa, que facilmente se transformou numa distribuição que penaliza uns para beneficiar outros, através da aplicação de um corte igual a candidaturas quantitativamente muito diferentes. Também aqui, a dimensão solidária não saiu muito bem tratada e mereceu o nosso claríssimo protesto.

Da nossa parte sempre houve total disponibilidade para partilhar um mesmo espaço com as outras famílias, mas, como na primeira hora, rejeitamos fazê-lo à custa de pôr em causa a nossa identidade cooperativa, ou seja, de um ideário que nos faz a nós, cooperativistas, um caso específico dentro do também designado terceiro sector da economia. Queremos partilhar e reforçar o espaço da economia social. Mas vincando a nossa identidade cooperativa no quadro dos valores e princípios que a conformam. Esta é uma atitude de que não abdicaremos, e por isso, continuaremos a fazer ouvir a nossa voz, quando sentirmos que por ação ou omissão, a possam estar a por em causa.

A verdade é que não podemos estar satisfeitos com aquilo que tem sido a evolução do cooperativismo em Portugal. Ao invés de nos irmos encontrando aqui e acolá, normalmente sempre os mesmos a discutir as mesmas coisas, temos que introduzir novas estratégias de sensibilização e informação, que levem as ideias cooperativas até aos primeiros ciclos escolares, que deem à opinião pública uma ideia correta do significado da intervenção cooperativa, distantes de escandaleiras que esporadicamente fazem primeiras páginas de pasquins sensacionalistas e onde se confunde uma exceção, normalmente má e condenável, com aquela que é a regra básica das cooperativas: servir com eficácia e proximidade e com transparência e democraticidade.

O tema que a Aliança Cooperativa Internacional escolheu para este ano foi “Cooperativas: O poder de agir para um futuro sustentável.” E é uma mensagem que faz todo o sentido, num tempo em que o capitalismo desenfreado fez desmoronar os modelos económicos que nele se fundavam. Um futuro sustentável passa por modelos económicos fundados no conhecimento e proximidade com os territórios e com as pessoas, passa por empresas que ponham as pessoas primeiro e que reinvestam o lucro

na melhoria dos processos produtivos, passa por modelos de organização social e económica que incluam na sua génese os princípios e valores que conformam o ideário cooperativo.

Saudamos por isso a Mensagem da ACI que, obviamente, assinamos por baixo sem qualquer hesitação.

Queremos mais e melhor cooperativismo. Por isso decidimos na CONFECOOP alterar os estatutos de maneira a acolher neste espaço de reflexão e representação cooperativas que pertençam a ramos que não têm estruturas federativas, procurando mobilizar duma forma direta a cooperativas que de outra forma continuarão isoladas, potenciando mecanismos de intercooperação que as fortaleçam ou consolidem. Hoje, temos já connosco cooperativas da área dos serviços, dos transportes, da educação e da cultura. Aqui fica o convite para que todas as cooperativas nesta situação nos contactem e façam a sua filiação, já que dessa forma estaremos a reforçar o Movimento Cooperativo Português.

Gostaria de terminar esta intervenção com uma espécie de auto de esperança no futuro do cooperativismo, reproduzindo de alguma forma o esquema do conhecido poema de Kipling ... Se nós, cooperativistas, soubermos construir espaços de coesão e identidade cooperativa, em vez de nos preocuparmos exclusivamente com o nosso quintalinho; se ao invés de os tentarmos evitar, formos capazes de antecipar os problemas e promover o debate das nossas novas propostas; se conseguirmos sensibilizar cada vez mais gente jovem que promova a renovação de ideias e práticas no sector; se em vez de perdermos tempo com lamentações e incompreensões canalizarmos as nossas energias para a inovação e para a qualidade, se retomarmos como referência de todos os momentos da nossa ação os princípios e valores cooperativos, se soubermos responder com convicção e razão àqueles que nos querem abalar e àquilo que representamos, então não tenho dúvidas nenhuma que temos futuro.

Permitam-me por isso que, em jeito de uma saudação imensa e calorosa que junto num abraço cooperativo marcos como a inglesa Rochdale, a espanhola Mondragón, a canadiana Desjardins ou a colombiana equidade com exemplos notáveis de pequenas

cooperativas anónimas que, um pouco por todo o mundo, constroem paz, esperança e progresso e dão sentido ao cooperativismo. Se continuarmos a acreditar, não temos razões para temer o futuro!

Deixo-vos por isso com um poema de Ary, que nos fala do futuro

Isto vai meus amigos isto vai
um passo atrás são sempre dois em frente
e um povo verdadeiro não se trai
não quer gente mais gente que outra gente

Isto vai meus amigos isto vai
o que é preciso é ter sempre presente
que o presente é um tempo que se vai
e o futuro é o tempo resistente

Depois da tempestade há a bonança
que é verde como a cor que tem a esperança
quando a água de Abril sobre nós cai.

O que é preciso é termos confiança
se fizermos de maio a nossa lança
isto vai meus amigos isto vai.

Viva a Aliança Cooperativa Internacional

Viva o cooperativismo!

Viva Portugal!

Rogério Cação - CONFECOOP